

JUDICIÁRIO

Cerco à “emenda de presidente”

Partidos negam unanimemente, ao ministro Flávio Dino, do STF, que dirigentes tenham poder para destinar recursos públicos

» ALÍCIA BERNARDES

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou que Câmara e Senado rejeitem qualquer indicação de emendas parlamentares atribuída a presidentes de partidos. A decisão foi tomada após as 21 legendas com representação no Congresso, consultadas pelo magistrado, afirmarem que as direções partidárias não têm competência para distribuir ou definir a aplicação dos recursos públicos. Com a determinação, o presidente da Câmara, Hugo Motta

(Republicanos-PB), e o do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), deverão comunicar aos setores responsáveis pelo processamento das emendas que dirigentes partidários não podem indicar, distribuir ou alocar verbas. Ofícios, planilhas, tabelas ou outros documentos que atribuam essa prerrogativa a presidentes das legendas ou ex-parlamentares deverão ser considerados inválidos e não poderão fundamentar a execução de despesas. A apuração teve início depois de o presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto, afirmar em uma entrevista que dirigentes

partidários participavam da destinação de emendas, inclusive com indicações de recursos. Diante da afirmação, Dino solicitou esclarecimentos às legendas para verificar se existia algum mecanismo formal ou informal que permitisse às cúpulas partidárias interferir na distribuição das verbas. A maioria dos partidos respondeu que não têm cotas ou reservas próprias para esse fim. Sem interferência As últimas manifestações foram entregues ontem por

Solidariedade e Podemos, que não haviam respondido no prazo inicial. As duas siglas também negaram interferência das respectivas direções na distribuição das emendas. O Solidariedade afirmou que eventuais indicações feitas pelo deputado Paulinho da Força (SP) decorreram de sua atuação como parlamentar, e não da condição de presidente da legenda. O Podemos, por sua vez, declarou não ter listas de beneficiários, limites orçamentários ou qualquer outro instrumento, formal ou informal, para controlar a destinação dos recursos.

Dino determinou ainda que as respostas apresentadas pelos partidos sejam encaminhadas à Polícia Federal (PF). O material deverá servir de subsídio para a investigação sobre os procedimentos utilizados na indicação das emendas e poderá ser confrontado com outras informações obtidas durante as apurações. A medida amplia a possibilidade de verificar se as práticas descritas pelas legendas correspondem ao que efetivamente ocorre na distribuição dos recursos. A decisão também reforça o entendimento de que as chamadas “emendas de líder” não têm

previsão autônoma no ordenamento jurídico. Para Dino, uma indicação feita originalmente por alguém sem competência legal não pode ser regularizada posteriormente apenas pela participação de um parlamentar autorizado. O ministro afirmou que esse tipo de procedimento poderia comprometer os mecanismos de transparência e rastreabilidade das emendas. O descumprimento da determinação poderá resultar em apuração de responsabilidade disciplinar e, conforme o caso, em consequências nas esferas civil e penal.

Ministro Benedito Gonçalves assume corregedoria

» FERNANDA STRICKLAND

O ministro Benedito Gonçalves, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), tomou posse ontem como corregedor nacional de Justiça para o biênio 2026-2028. Ao assumir, afirmou que a atuação da Corregedoria Nacional deve ir além da fiscalização de procedimentos e da análise de números, com foco em tornar o Judiciário mais acessível, eficiente e conectado às necessidades da sociedade. Gonçalves sucede o ministro Mauro Campbell Marques, que assumiu a vice-presidência do STJ na semana passada. Em seu discurso, o novo corregedor destacou a responsabilidade de assumir a função após mais de cinco décadas de serviço público e 38 anos de magistratura. Afirmou, ainda, que pretende exercer o cargo com “equilíbrio, prudência, coragem e dedicação integral ao interesse público”. Segundo o ministro, a Corregedoria precisa considerar os efeitos concretos das decisões e do funcionamento do sistema de Justiça de quem procura os tribunais. “Mais do que fiscalizar procedimentos, examinar números, cabe à Corregedoria contribuir para que a Justiça seja acessível e eficaz. E verdadeiramente comprometida com a sociedade”, disse. Ao tratar dos desafios do Judiciário, Gonçalves citou dados do relatório “Justiça em Números” deste ano. Segundo os números apresentados por ele, o Poder Judiciário encerrou 2025 com mais de 75 milhões de processos em tramitação.

Romulo Serpa/CNU



O ministro também chamou atenção para a proporção de magistrados em relação à população brasileira. De acordo com os dados mencionados no discurso, o país tem 8,9 juízes para cada 100 mil habitantes, menos da metade da média de 18 magistrados registrada nos países europeus.

Para Gonçalves, os indicadores não podem ser analisados apenas como estatísticas — lembrou que cada processo representa uma situação concreta para quem procura a Justiça. “Para a sociedade, não é apenas mais um número, é o problema mais importante de sua vida”, afirmou.

Gonçalves também afirmou que pretende manter políticas implementadas na gestão de seu antecessor. A ideia é preservar iniciativas que apresentaram resultados e, ao mesmo tempo, responder às novas demandas do Judiciário. “Assumo o compromisso de dar continuidade às políticas que produziram resultados

relevantes, sem deixar de enfrentar as novas demandas impostas ao nosso Poder Judiciário”, frisou. Presidente do STF e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Edson Fachin destacou a trajetória de Gonçalves na magistratura e sua atuação em defesa da Constituição, do Estado de Direito e da

Mais do que fiscalizar procedimentos, examinar números, cabe à Corregedoria contribuir para que a Justiça seja acessível e eficaz. E verdadeiramente comprometida com a sociedade"

Benedito Gonçalves, ministro do Superior Tribunal de Justiça e novo corregedor nacional de Justiça

democracia. Segundo o ministro, o novo corregedor de Justiça atuou diante das ameaças ao processo eleitoral utilizando os instrumentos institucionais da magistratura. “E sua excelência o fez como devem agir os magistrados, por meio dos autos, da descrição, da serenidade e da firmeza, olhando as provas à luz da Constituição e da lei”, elogiou. Na cerimônia de posse, também estiveram presentes ministros do STF, entre eles Alexandre de Moraes, Kassio Nunes Marques e Cristiano Zanin. Também participaram o presidente do STJ, Luís Felipe Salomão, o advogado-geral da União, Jorge Messias, e o procurador-geral da República, Paulo Gonet.

DIREITO E JUSTIÇA

Estudo investiga uso da IA na advocacia

» NATHALLIE LOPES

Uma pesquisa realizada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em parceria com o Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP) e a Universidade Stanford, ouviu 18.668 advogados brasileiros para investigar como a categoria avalia o uso e a regulamentação da inteligência artificial (IA) na prática jurídica. Os primeiros resultados foram apresentados, segunda-feira, no Fórum Nacional de Inteligência Artificial na Advocacia, em Brasília. O estudo *Governança de IA e Prática Jurídica Digital* foi desenvolvido por mais de um ano pelo Deliberative Democracy Lab, de Stanford, em parceria com pesquisadores brasileiros. A metodologia buscou não apenas identificar a opinião dos advogados, mas, também, verificar se o contato com informações e o debate sobre o tema poderia alterar essas posições. Segundo Thamy Garcia, pesquisadora de Stanford envolvida no estudo, o trabalho partiu da ideia de que democracia também é um processo de aprendizagem coletiva. Por isso, os pesquisadores dividiram os participantes em grupos: enquanto parte respondeu apenas aos questionários, outra participou de sessões de deliberação, nas quais recebeu informações sobre diferentes posições e pôde discutir as propostas com outros advogados. O processo começou com o envio de questionários a cerca de 250 mil

profissionais. Ao final, 18.668 responderam ao questionário inicial. A partir desse universo, os pesquisadores selecionaram, aproximadamente, 2,9 mil advogados para participar da etapa de deliberação. Parte deles participou efetivamente das discussões, enquanto outro grupo foi mantido como controle para permitir a comparação dos resultados. Um dos resultados apresentados mostra que a exposição ao debate modificou a posição dos participantes em algumas propostas. Na questão sobre contratos entre escritórios de advocacia e fornecedores de plataformas digitais, 79,4% dos participantes do grupo que ainda não haviam passado pela deliberação apoiavam a proposta de que esses contratos deveriam conter cláusulas específicas de proteção de dados e sigilo profissional. Depois da etapa de deliberação, o apoio caiu para 51,5%. No grupo de controle, que não participou das discussões, a variação foi pequena. Outro exemplo envolveu a criação, pela OAB, de uma plataforma de verificação de identidade para combater perfis falsos e golpes praticados em nome de advogados. O apoio à proposta era de 91,9% antes da deliberação e caiu para 75,9% depois dela. A pesquisa identificou mudanças na percepção sobre soberania digital. A proposta de que houvesse uma regulamentação específica exigindo que dados de processos judiciais fossem armazenados em território

Nathallie Lopes/CB/D.A Press



Pesquisa buscou mapear o impacto da inteligência artificial na Justiça

brasileiro tinha 54% de apoio antes da deliberação entre os participantes do grupo de tratamento. Após as discussões, o percentual caiu para 42,7%. Além de medir opiniões sobre regulamentação, a pesquisa também buscou identificar como os profissionais utilizam ferramentas digitais. Entre as tecnologias mencionadas estão softwares de gestão de escritórios, sistemas de petição eletrônico, ferramentas de relacionamento com clientes, assinatura eletrônica, agendamento on-line, ferramentas de inteligência

artificial jurídica e recursos de resumo de documentos. Na apresentação dos resultados, pesquisadores também destacaram características do sistema jurídico brasileiro que podem favorecer o desenvolvimento e a utilização de inteligência artificial. A professora Laura Schertel Mendes, do IDP, ressaltou que o Brasil tem cerca de 80 milhões de processos ativos e uma ampla política de publicidade processual. Com documentos e decisões disponíveis publicamente em grande parte dos processos, o país

tem um grande volume de dados que pode ser utilizado no desenvolvimento e treinamento de modelos voltados ao direito. O ministro Luís Felipe Salomão, presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), afirmou que o debate sobre IA ultrapassou a discussão sobre a possibilidade de adoção da tecnologia. “A grande questão hoje não é mais se vamos utilizar, é como vamos utilizar e como sabermos utilizar”, afirmou. Salomão alertou para os riscos de utilização de sistemas de IA sem revisão humana, citando casos em que peças jurídicas apresentaram jurisprudências ou precedentes inexistentes produzidos por ferramentas generativas. Para ele, a inteligência artificial pode auxiliar na elaboração de uma petição, mas não pode assumir a responsabilidade pelo conteúdo produzido. A defesa da centralidade humana também esteve presente no comentário do presidente nacional da OAB, Beto Simonetti. Afirmou que compreender os algoritmos deixou de ser uma questão meramente técnica para se tornar uma condição relacionada ao exercício da defesa e às garantias processuais. Já o professor Rob Reich, de Stanford, questionou a ideia de que a evolução da IA necessariamente levará à substituição dos profissionais. Para ele, o desenvolvimento tecnológico pode ser direcionado para ampliar as capacidades humanas, em vez de eliminar postos de trabalho.

ESCALA 6 X 1

Avanço veloz para a PEC

» ARMANDO HOLANDA

Interlocutores do presidente Luiz Inácio Lula da Silva avaliam que há “grandes chances” de a proposta que prevê o fim da escala 6 x 1 chegar ao plenário do Senado na semana de esforço concentrado, prevista para ocorrer entre 31 de agosto e 4 de setembro. A avaliação ocorre em meio à reaproximação entre Lula e o presidente do Congresso, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), que pode abrir espaço para a análise de pautas de interesse do governo. Relator da PEC no Senado, Omar Aziz (PSD-AM) afirmou ao **Correio** que pretende fazer poucos ajustes no texto aprovado pela Câmara, de autoria do deputado Léo Prates (Republicanos-BA). Segundo o senador, eventuais mudanças não devem atingir o mérito da proposta, mas, apenas, contemplar “apontamentos gerais”. A sinalização do relator reduz a possibilidade de que a tramitação seja prolongada por alterações substanciais no texto. Caso amatéria avance sem mudanças relevantes, a expectativa de aliados do presidente é de que a proposta possa ser submetida à votação ainda no início de setembro. A movimentação ocorre depois que Lula e Alcolumbre voltaram a se falar. Eles até protagonizaram acenos públicos juntos.